

IV Assembléia Plenária
Brasília, Brasil, 19 a 21 de maio de 2005

Recomendações do Grupo de Trabalho nº 2: Área de Livre Comércio das Américas (ALCA)

Aprovadas pela Assembléia plenária o dia 21 de maio de 2005.

Sobre o processo da ALCA

Depois de um debate, expressamos profunda preocupação que a ALCA, da maneira como está sendo negociada, sem uma contribuição suficiente dos parlamentares, poderá afetar a soberania, não resolver problemas sociais, beneficiar apenas grandes empresas e afetar negativamente o setor agrícola.

Reconhecemos também a existência de outras iniciativas comerciais em andamento, como a Alternativa Bolivariana para a América Latina e Caribe (ALBA), a Caricom, a Comunidade Andina de Nações (CAN), a Comunidade Sul-Americana de Nações e o Mercosul.

Não nos opunhamos aos acordos de livre comércio em geral, senão que nos interessamos pelo desenvolvimento e os acordos que beneficiem aos povos.

De acordo com as propostas anteriores, exigimos aos governos medidas radicais, para erradicar a pobreza e fazemos as seguintes considerações e recomendações:

IV Cúpula das Américas, Mar del Plata, Argentina, novembro 2005

APOIANDO o enfoque da IV Cúpula das Américas concentrado no fortalecimento da governabilidade democrática e o combate à desigualdade, a fome e a pobreza mediante a criação e geração de emprego;

CONHECEDORES da importância que representa enfrentar as dificuldades e desafios vinculados com a desigualdade e a pobreza, incluída a pobreza extrema;

RECONHECENDO que o crescimento econômico é indispensável e necessário, mas não suficiente, para reduzir os altos níveis de desemprego, informalidade e falta de seguridade trabalhista que afetam a nossas sociedades;

PERCEBENDO que o comércio, livre de barreiras, subsídios e prática desleal, combinado com um fluxo estável de investimento produtivo, podem contribuir para a prosperidade;

RECONHECENDO que a possibilidade de que os governos podem dar respostas às legítimas demandas de geração de emprego de suas populações está limitado pelas medidas protecionistas que afetam o comércio, particularmente o setor agrícola;



LEVANDO EM CONTA que, para que os acordos de livre comércio beneficiem a toda a sociedade têm que ser implementados no contexto de diversas políticas, incluídas as sociais e trabalhistas, que promovam o desenvolvimento;

PREOCUPADOS pela dificuldade de negociar acordos comerciais entre países com grandes diferenças econômicas e poder político;

RECONHECENDO o potencial da conectividade à Internet, para melhorar as condições econômicas dos cidadãos das Américas;

Com referência aos temas mais delicados tratados pelo Grupo:

Agricultura

CONHECEDORES da enorme importância da agricultura na maioria dos países do hemisfério.

RECONHECENDO a vulnerabilidade, sensibilidade e dificuldades estruturais dos setores agrícolas dos países em desenvolvimento;

PREOCUPADOS pelos potenciais efeitos negativos de organismos geneticamente modificados na saúde das pessoas, animais e o meio ambiente;

CONHECEDORES DA IMPORTÂNCIA para os países em desenvolvimento das atuais negociações da Rodada de Doha de desenvolvimento na OMC, especialmente em matéria de agricultura e acesso a mercados;

Migração

RECONHECENDO que a emigração é um problema derivado da falta de oportunidades nos países de origem,

CIENTES de que vivemos num mundo cada vez mais interconectado do qual a mobilidade trabalhista forma parte integral,

O FIPA e os acordos comerciais

Devido à nossa tarefa de parlamentares na ratificação e implementação dos acordos comerciais,

NÓS, OS PARLAMENTARES DAS AMÉRICAS:

1. **Recomendamos** que nossos governos reestruturem al ALCA e qualquer outro acordo de comércio de forma que assegure a implementação de políticas que apóiem a qualidade do emprego, o desenvolvimento econômico e programas sociais.
2. **Recomendamos** implementar políticas complementarias aos acordos comerciais para melhorar a competitividade e produtividade de nossos países, incluindo áreas como educação, ciência e tecnologia, apoio a pequenas e médias empresas (PYMES), modernização trabalhista e infraestrutura.
3. **Recomendamos** que as necessidades dos países em desenvolvimento sejam levadas em conta e constituam uma parte integral do processo de negociação del ALCA e outros acordos comerciais,



em matéria de agricultura, incluindo os métodos tradicionais de agricultura, a seguridade alimentar e o desenvolvimento rural.

4. **Recomendamos** a eliminação de subsídios à exportação e de outras práticas que afetam o comércio de produtos agrícolas no hemisfério.
5. **Recomendamos** que as medidas sanitárias e fito-sanitárias sejam aplicadas de forma que não se constituam numa forma de discriminação arbitrária ou injustificável entre países ou numa restrição restritiva ao comércio internacional.
6. **Recomendamos** que nossos países consigam coordenação, para fazer propostas à negociação em andamento na OMC com a finalidade de atender suas especiais condições em matéria de desenvolvimento.
7. **Recomendamos** que as políticas migratórias respeitem integralmente os direitos humanos e a integridade física dos emigrantes.
8. **Recomendamos** que ALCA e outros acordos comerciais considerem regras que ofereçam condições equitativas à crescente mobilidade da força de trabalho.
9. **Reiteramos** nosso chamado para que o FIPA continue seus esforços, para fomentar a colaboração entre os parlamentares com a finalidade de ampliar a troca de informação e experiências sobre a negociação, implementação e efeitos dos acordos comerciais internacionais.
10. **Reconhecemos** a existência de outras negociações comerciais em andamento no hemisfério, como a Alternativa Bolivariana para a América Latina e Caribe (ALBA), a Caricom, a Comunidade Andina de Nações, a Comunidade Sul-Americana de Nações e o Mercosul.

Sr. Don Boudria
Deputado do Canadá
Presidente do Grupo de Trabalho sobre ALCA

Sr. James Kelleher
Senador do Canadá
Presidente interino do Grupo de Trabalho sobre ALCA

Sr. Rosendo Pereira de Melo Neto
Relator

* * * * *